



CARTAS DA PRISÃO: O ITINERÁRIO RUMO ÀS BATALHAS PELA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3545

Bruno Dias Santos, UNESP

Resumo

Desde os primeiros anos de redemocratização observa-se que a historiografia sobre o regime autoritário brasileiro (1964-1985) constatou uma feroz disputa pelo monopólio da memória; inicialmente, essa querela se dividiu em dois polos: os militantes de esquerda e os militares, no entanto, já se avalia que essa batalha se estende ao interior desses grupos, por não serem monolíticos. Dessa forma, as cartas de frei Betto são tomadas como fonte/objeto deste trabalho, por ser o autor uma das mais importantes referências na construção de uma memória coletiva sobre o período. O objetivo é compreender o trabalho de edificação do projeto memorialístico do frade dominicano sobre a ditadura civil-militar no Brasil, de maneira a ressaltar como ele foi utilizado no posicionamento assumido pelo autor diante dos conflitos que marcaram seu contexto, seus critérios de seleção do que deveria ser lembrado e as fusões sociais que essa narrativa deveria exercer. Pretende-se analisar as estratégias discursivas desenvolvidas pelo escritor para reivindicar o estatuto de verdade à sua narrativa sobre o período em questão. Reafirmando e contestando, dessa forma, determinadas interpretações dos fatos consagradas na literatura memorialística sobre o período.

Palavras Chave:

Memória; Ditadura civil-militar; frei Betto.

Escrita epistolar: projeto memorialístico

A proposta de analisar o processo de construção memorialística utilizando como fontes as cartas da prisão de frei Betto enseja questionar a respeito da capacidade elucidativa que esse tipo de fonte possui, visto que a escrita epistolar — diferente de outras fontes exclusivamente memorialísticas — não tem no ato de lembrar a sua intencionalidade principal. Ela busca prioritariamente narrar o cotidiano. No entanto, as missivas do dominicano possuem peculiaridades que levam a crer que suas funções vão muito além daquelas mais recorrentes e que, portanto, constituem um precioso material para se compreender as tensões e disputas que envolveram a constituição de uma memória sobre o regime ditatorial que se instaurou no Brasil a partir de abril de 1964.

O primeiro argumento para que as cartas sejam vistas distintamente das produções do mesmo gênero é o fato de terem sido publicadas. Frei Betto, recorrentemente, afirma que elas não foram produzidas com a intencionalidade de serem divulgadas.

Primeiramente, pelo fato de terem sido escritas e remetidas do interior de presídios em um período em que o país vivia sob um regime autoritário. Sendo assim, não existia qualquer garantia de que a correspondência dos detentos, principalmente a dos políticos, chegaria às mãos dos destinatários sem antes serem entregues aos serviços de informação do governo. A privacidade das missivas pode ser questionada com base em uma série de dados. O próprio autor registra em diversas cartas a ação da administração penitenciária ao censurar trechos de sua correspondência:

Até semana passada, em sete meses que estamos aqui, era o diretor que censurava nossas cartas, e podíamos remetê-las duas vezes por semana. Agora transferiu esse encargo para

o serviço de censura da penitenciária, que cuida da correspondência de todos os presos. Isso significa algumas restrições. A partir do dia 22 só poderemos enviar cartas uma vez por semana, e os envelopes de quem nos escreve devem ser devolvidos para o arquivo. Antes assinávamos recibo num livro e os envelopes ficavam em nosso poder. A correspondência que nos chega do exterior é enviada a S. Paulo, a 700 Km daqui, para ser traduzida. Uma carta que recebi das monjas contemplativas de Blagnac, na França, deu entrada aqui em 25 de novembro; até agora não chegou as minhas mãos (BETTO, 2008, p.205).

Em outras cartas, o autor recomenda a seus interlocutores que mostrem suas correspondências a terceiros, o que reafirma a potencial publicidade a que foram submetidas.

Todavia, o dado inequívoco sobre a publicidade das cartas de frei Betto foi o lançamento do livro “Dai Sotterranei Della Storia”, na Itália, em dezembro 1971, reunindo o conjunto daquelas que foram escritas nos dois primeiros anos de seu cárcere. Isto indica que mesmo que não fosse a intenção do religioso tornar sua correspondência pública, a partir de 1972, todas as missivas foram produzidas com a consciência de que eram enormes as possibilidades de serem publicadas, como no caso das primeiras.

Outro fato que corrobora essa interpretação é a consciência expressa pelo autor de que suas cartas poderiam chegar às mãos dos mais importantes personagens históricos, a exemplo do papa Paulo VI.

“Não há dúvida de que Paulo VI está muito atento ao que vocês dizem. Há três semanas fui chamado a Secretaria de Estado. O adjunto mostrou-me duas folhas escritas pelo próprio papa: suas reflexões sobre as cartas do Betto.

Ele as leu para mim. Muito edificante; apesar de todo seu trabalho, ele se debruçou longamente sobre estes textos”. [...]

Isso não chega a me envaidecer, embora me sinta feliz por ver que essa provação não é inútil. Imagino o papa lendo as cartas, sinto a impressão de um diálogo íntimo com ele. Vivendo na prisão, tenho certeza de um diálogo íntimo com a Igreja (BETTO, 2008, p. 150).

Isso justifica a abordagem de suas cartas em formato de publicação, em detrimento daquelas escritas e remetidas em sua plataforma original. Uma vez que, para o objetivo explanado, importa mais aquilo que o autor desejou que chegasse ao conhecimento do grande público do que o que foi preterido mediante o processo de edição das cartas para o suporte livresco.

Certamente, não é o fato das missivas de frei Betto terem um caráter público que as qualificam como fonte/objeto para a análise histórica da memória. É necessário que elas sejam vistas como parte de um projeto editorial mais amplo.

Desde o primeiro lançamento de suas cartas da prisão, ainda durante os anos de cárcere, periodicamente, o frade periodicamente dedica obras à construção de uma memória sobre a ditadura no Brasil. Pode-se dizer que, aproximadamente, a cada uma década suas publicações se voltam para o tema. Desse modo, é possível observar que, em comparação aos livros que as sucederam, as cartas da prisão se relacionam com a passagem do tempo e com a memória de maneira peculiar. Ao invés de se dedicarem exclusivamente a rememorar o passado, seu esforço é demarcar uma posição sobre o que seria lembrado na posteridade. Por isso, podemos considerar que elas são o projeto inicial de um “edifício” memorialístico que seria realizado ao longo dos anos subsequentes.

Diante disso, a utilização desse material se justifica não só por contribuir,

especificamente, para a compreensão da construção da memória sobre a ditadura civil-militar no Brasil, mas, também por constituir um exemplo de variação possível das fontes utilizadas para se analisar esse tipo de discurso e, principalmente, por conta de seu processo de edificação não estar limitado a relacionar-se com o tempo de maneira retrospectiva.

Sendo a memória um empreendimento social, disputada politicamente, é preciso estar atento aos registros do seu planejamento para o futuro. Qualquer insatisfação com a maneira pela qual o passado é representado e divulgado revela, antes de tudo, uma preocupação com suas consequências políticas e culturais no porvir. Essa peculiaridade é explicitada mais intensamente quando se manifesta uma preocupação com a maneira como os fatos serão lembrados. O que corrobora a ideia de que fontes como as cartas, mesmo dedicando-se a sugerir o que deverá ser lembrado no futuro, não deixam de ter valor para se compreender o passado.

A análise das fontes revela a existência de uma tensão entre as representações que começavam a despontar na imprensa diária e em outros meios, sobre a participação do grupo de dominicanos, do qual frei Betto fazia parte, na luta armada e especificamente no episódio do assassinato do líder da ALN, Carlos Marighella.

Em sua correspondência, o dominicano não se dedica a fazer muitas perguntas, estabelecendo assim diálogos contínuos. Talvez isso se deva à incerteza acerca de quanto tempo suas missivas levariam para chegar às mãos de seus interlocutores e, até mesmo, se de fato chegariam algum dia; o que se estende também ao recebimento das respostas. Portanto, ele disserta longamente sobre diversos temas como a rotina na prisão e a morosidade sobre o processo judicial. No entanto, três temas se destacam como os mais profundos e extensos: a Igreja

Católica, a ineficácia do sistema prisional e a cultura de massa.

Ao discorrer sobre esses temas de maneira quase despreziosa, o autor revela um profundo desconforto com o modo como a participação dos dominicanos presos na luta armada era tratada na contemporaneidade por jornais e formadores de opinião, o que provavelmente definiria como elas seriam lembradas no futuro. Diante dessa “ameaça” frei Betto faz de suas cartas um verdadeiro manifesto endereçado aos grupos nos quais mais lhe interessava restaurar a imagem e memória do grupo de religiosos. São eles: as Igreja Católica, a sociedade brasileira (leia-se, a opinião pública) e, principalmente, a esquerda.

Em relação à Igreja Católica, a defesa dos dominicanos se inicia pelo ataque. O frade, ao invés de confessar sua preocupação com a memória que se construiria sobre os dominicanos presos, diversas vezes procura questionar as atitudes e omissões da instituição perante as suas prisões. Ou seja, em um futuro próximo, essa memória daria muito mais destaque à omissão dos bispos diante das arbitrariedades da ditadura, do que à ação de jovens religiosos que colaboraram com uma organização de luta armada.

Quando tudo isso for contado no futuro, uma pergunta ficará: e a Igreja, não disse nada? Digo isso não para que venham em nossa defesa, mas porque é sua obrigação defender os direitos da pessoa humana, promover os pobres, combater as (riscado pela censura do presídio). Esta pergunta paira sobre a Alemanha, onde 6 milhões de judeus foram dizimados sem que “ninguém visse” (BETTO, 2008, p.52).

Frei Betto sabia que era enorme a desconfiança de parte da Igreja em relação aos dominicanos e severas as acusações de sua ala mais conservadora, as quais faziam coro àquelas promovidas pela imprensa diária. Assim, suas cartas

procuram demonstrar que, ao contrário do que apregoavam os grandes meios de comunicação, os religiosos não eram terroristas, mas cristãos que, em sua visão, assumiram radicalmente a opção pelos pobres.

Ontem dom Agnelo Rossi deu entrevista ao Estadão, na qual afirma que a nossa atitude nada teve a ver com o cristianismo. Disse que não fomos presos nem confessando, nem comungando... como se o cristianismo fosse apenas confessar e comungar – coisa, aliás, que Jesus não fez, e ainda acrescentou que “nem todo aquele que diz ‘senhor, senhor’ entrará no reino dos céus” (BETTO, 2008, p.50).

A estratégia assumida pelo autor para dotar de legitimidade as opções dos dominicanos conduz a discussão de um aspecto prático que colocava em questão a participação de membros da Igreja na política nacional, chegando a apoiar a violência revolucionária, para um aspecto teórico que questiona o papel da Igreja na sociedade e a sua importância na promoção da justiça social na história da salvação.

Em suas cartas, o dominicano defende a tese de que a Igreja Católica passava por um processo de transformação que, embora lento, já dava seus frutos e era irreversível. Desse modo, ele procura filiar a visão que professa sobre o papel da Igreja na sociedade e sobre o processo soteriológico à essa nova visão do cristianismo que teria surgido com o Concílio Vaticano II, em 1962.

A renovação pela qual a Igreja passava não deixava, em sua perspectiva, de gerar o embate entre visões distintas do cristianismo. Aquela, anterior ao concílio e marcada pelo triunfalismo clerical, seria incapaz de compreender esse novo entendimento do papel da instituição na sociedade, ao qual os dominicanos se filiavam.

Assim, a demonstração da

existência desse embate deixaria claro o quanto a incompreensão e a ignorância são a verdadeira razão das acusações explícitas ou veladas de que os dominicanos presos não passavam de comunistas que se infiltraram na Igreja para arrematar quadros. Para o autor, a gravidade dessas acusações era reforçada pelos jornais e agentes da ditadura que não cessavam de questionar se as atitudes do grupo permitiam que ainda fossem considerados cristãos e, principalmente, membros da Igreja Católica.

Em carta à família o autor afirma:

De fato, havia uma interpretação ideológica do cristianismo feita pelos poderosos. E a ordem social, que tem abusos na sua própria essência, encontrou nessa interpretação a sua justificativa. (...) um bispo como dom Sigaud pode afirmar, sem risco de ser considerado herético, que a ordem social, dividida em ricos e pobres, provem da vontade divina que não quer todos os homens iguais...

Agora, na época pós-conciliar, estamos em fase de reformização (volta às fontes). Vemos claramente que o cristianismo não se identifica com nenhuma ordem social; o cristianismo desafia e contesta todas elas. (...). Vejo com otimismo a renovação da Igreja (BETTO, 2008, p.44).

Outro artifício evocado para dar legitimidade aos dominicanos presos, independentemente da consciência do autor ao utilizá-lo, é a recorrente alusão à figura de Jesus como um perseguido político que se constitui como paradigma inaugural do papel contestatório que o Cristianismo deve assumir diante das injustiças dos poderes constituídos. (BETTO, 2008, p.43).

A perseguição, prisão e condenação à morte de Jesus seriam a prova mais contundente de que, estando presos, os dominicanos davam testemunho de que seguiam fielmente o projeto salvífico de Cristo. Viver como

pobres ao lado dos pobres e padecer pela justiça seriam demandas da renovação atravessada pela Igreja.

Apesar do talento literário com que o autor defendia as causas que o levaram à prisão, e a nobreza delas, em sentido prático era necessário deixar evidente para as alas conservadoras da Igreja, para a sociedade e, mais do que tudo, para a posteridade que os dominicanos eram apoiados por importantes membros da hierarquia da Igreja. Isso fica claro ao se observar o registro do nome completo de todos os bispos, padres e membros de ordens religiosas que os visitaram na prisão. Aqueles que os visitaram mais de uma vez, têm seus nomes repetidos por completo. Entre eles, se destacam os nomes de: Dom Vicente Scherer, Dom Agnelo Rossi, Dom Umberto Mazzoni, Dom Avelar Brandão, Dom Tomás Bauduino, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom José Gonçalves da Costa, Dom Lucas Moreira Neves; também pelos representantes da Ordem dos Frades Pregadores: padre Vincent de Couesnongle, padre Aniceto Fernandez e frei Domingos Maia Leite.

Não obstante, o mais importante gesto de apoio veio do Vaticano. Os representantes da ordem religiosa transmitiram aos prisioneiros, em suas visitas e pelas correspondências, a certeza de que Paulo VI tinha ciência da situação em que se encontravam os dominicanos brasileiros; de que recebera a carta enviada pelos prisioneiros, e ainda, que escreveu uma reflexão acerca das cartas de frei Betto (BETTO, 2008, p.150). O apoio do papa era, para o autor, o atestado mais importante de legitimidade de suas opções.

Outra preocupação do frade é a opinião pública sobre os dominicanos, visto que ela era profundamente influenciada pela imprensa que os qualificava como terroristas. Assim como em relação à Igreja, o autor procura denunciar a passividade da sociedade civil, questionando como essa atitude seria

lembrada no futuro.

Nesse sentido, diversas vezes o autor compara a indiferença da sociedade brasileira diante das arbitrariedades do regime que se instaurou com o golpe de 1964 com a postura da sociedade alemã diante dos crimes do regime nazista. Com essa analogia, o autor procura deixar patente a afirmação de que os dominicanos são vítimas do regime autoritário, e não inimigos do país, como queriam fazer crer as autoridades que os mantinha presos.

Em pequenas aldeias do interior da Alemanha, durante a última guerra, as donas-de-casa reclamavam da fuligem expelida pelas chaminés das “fabricas” nazistas. Ninguém via nada, o único sinal era a fuligem. Derrotado o nazismo, o mundo soube que aquelas “fabricas” eram campos de extermínio de judeus e comunistas. Tarde demais. A fuligem desaparecera, as vítimas também. O Vigário permaneceu calado (BETTO, 2008, p.48).

Apesar da legitimidade perante a Igreja ser algo importantíssimo para os dominicanos por serem seus membros ativos, e mais ainda por participarem de uma ordem religiosa, o fator que mais instiga a reflexão de frei Betto em sua correspondência é a desconfiança da esquerda em relação aos dominicanos.

Essa desconfiança já se alimentava pela tradicional postura da Igreja Católica no Brasil de legitimadora do *status quo*. Assim, a participação de seus membros em movimentos contestatórios era vista com apreensão por muitos militantes.

Essa desconfiança se aguçou ainda mais após o episódio trágico da emboscada que resultou no assassinato de Carlos Marighella. Como já foi mencionado anteriormente, isso resultou em uma discussão entre frei Betto e o historiador Jacob Gorender sobre os meios que teriam levado o DEOPS de São Paulo a rastrear o guerrilheiro baiano.

Frei Betto defende a tese de que a CIA (Agência central de inteligência dos Estados Unidos), por meio de agentes infiltrados na ALN e grampos telefônicos instalados nos locais ligados aos dominicanos, foi a responsável por rastrear o paradeiro de Carlos Marighella e entregar aos agentes da ditadura brasileira as informações necessárias para que preparassem a emboscada na qual o líder comunista seria assassinado (BETTO, 1982, 141-186). Em sua obra célebre *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender atribui a obtenção dessas informações às sessões de tortura a que frei Fernando de Brito e Ivo Lesbaupin foram submetidos pelo DEOPS de São Paulo (GORENDER, 1987, p. 171-179).

Em sua biografia *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, Mário Magalhães afirma que uma das “ilusões capitais” alimentadas pelo líder comunista em seus escritos foi “associar a resistência à tortura meramente a uma escolha. Como se fosse possível isolar a mente do corpo flagelado” (MAGALHÃES, 2012, p.536).

Citando escritos de Marighella, Magalhães demonstra que o líder comunista define a entrega de informações mediante tortura como uma prova da inadequação e até mesmo de indignidade do militante diante da causa revolucionária:

No opúsculo se fores preso, camarada... (1951), ele sustentou: a polícia tem consciência de que as “torturas físicas”, “por piores que sejam, não são capazes de dobrar a vontade de um militante digno”. Marighella relaciona confissões extirpadas a ferro e fogo à traição, como se a responsabilidade pelas informações obtidas não fosse do torturador e do Estado do qual é funcionário: “não há torturas que façam um militante revolucionário trair seus camaradas” (MAGALHÃES, 2012, p. 536).

Portanto, para os dominicanos

havia o risco de figurarem na memória da esquerda como fracos e traidores. Por conta daqueles que não aguentaram e colocaram a perder o projeto da revolução. Diante disso, narrar o sofrimento dos religiosos na prisão se tornou, para frei Betto, a melhor estratégia para que, mesmo que não pudesse mudar a concepção da esquerda sobre a não resistência à tortura, fosse capaz de demonstrar que eles eram verdadeiramente identificados com o grupo daqueles que lutavam bravamente contra a ditadura e eram cruelmente perseguidos por seus agentes, além de sofrerem na prisão e no pau-de-arara os mesmos males que todos os outros presos políticos.

Assim, Frei Betto faz de suas missivas um verdadeiro manifesto em defesa da dignidade dos dominicanos. Para isso, ele procura repetidamente alguns exemplos dessa condição.

Um dos muitos detalhes curiosos das cartas de frei Betto, que podem passar despercebidos, é o fato de inúmeras vezes os nomes de companheiros de cela serem mencionados por completo, inclusive dos confrades dominicanos. Mesmo em cartas endereçadas aos familiares que, portanto, conheciam bem os amigos do autor, os nomes completos são utilizados. Esse detalhe indica a consciência de que as cartas poderiam se tornar públicas, e que serviriam como um registro quase formal do sofrimento dos dominicanos.

Ao longo dos quatro anos de correspondência, o autor insiste no registro das péssimas condições da prisão na morosidade do processo no desrespeito a direitos básicos dos presos, além de fazer referência às sucessivas transferências injustificadas.

Em carta a uma religiosa, ele afirma:

Na última quinta, nos mandaram pra cá, próximo 30 km do Mato Grosso, distante 640 Km de São Paulo – onde temos família e

advogado. Parece pesadelo tudo isso; como se alguém brincasse com vidas humanas, tornando-as joguetes de seus caprichos. (BETTO, 2008, p.142)

Protestando contra a precariedade e as arbitrariedades dessas condições, o grupo de presos políticos que se formou, principalmente, no presídio Tiradentes na capital paulista, empreendeu em 12 de maio de 1972 uma greve de fome. Para o dominicano, essa é uma das mais importantes provas da grandeza moral de seus companheiros. Era a chance de demonstrar a resiliência e fidelidade dos religiosos aos outros companheiros presos:

Ontem, às 18 horas, terminou a nossa greve de fome, que durou 33 dias nessa segunda fase, e seis na primeira, um total de 39 dias – provavelmente a mais longa de que se tem notícia no Brasil. Entre os 36 presos políticos que participaram não houve nenhuma defecção, todos firmes até o fim. (BETTO, 2008, p.153)

A perda da liberdade não acarreta necessariamente a perda da dignidade. Por isso não me dobro às injustiças dentro da cadeia. Há presos, infelizmente, que tudo aceitam, como se fossem surdos e cegos. Para estes importa apenas uma coisa: recuperar a liberdade física, a qualquer preço. Não sou desses. Agir assim seria a minha destruição moral. Mesmo que aquela greve de fome venha a significar a perda da liberdade condicional, não me importo. (BETTO, 2008, p.139).

Apesar da importância que frei Betto atribuiu aos exemplos supracitados, dois são tomadas como os mais emblemáticos do sofrimento dos religiosos presos. Em primeiro lugar, as torturas sofridas pelo seu confrade Tito de Alencar Lima, na Operação Bandeirantes:

Em carta a uma amiga, o frade afirma:

Ele estava bem, alegre, tranquilo, recuperado do que havia sofrido no DEOPS. Bem como todos nós, livres da fase de interrogatórios. Pouco implicado, aguardava o momento de o colocarem em liberdade. Mas veio o DOI-CODI e o levou. Isso há pouco mais de uma semana (...). Hoje, soubemos que frei Tito de Alencar Lima “tentou suicídio” no DOI-CODI...Levado ao Hospital Militar, recebeu transfusões de sangue, mas continua incomunicável. (BETTO, 2008, P.22).

O autor faz questão de ressaltar o orgulho com que frei Tito narrava o fato de ter resistido à tortura, não entregando, assim, qualquer informação aos agentes da repressão:

Tito já se encontra conosco. Acamado, manca, recupera-se dos sofrimentos recebidos. A intensão do exército era interrogar de novo todos os dominicanos; considerava que nossos depoimentos no DEOPS haviam sido colhidos a toque de caixa. Agora Tito está bem, com o moral altíssimo. Todos que resistem ficam com o moral bem alto. (BETTO, 2008, p.25)

Em segundo lugar, o autor sublinha o fato de que os dominicanos, juntamente de alguns outros presos políticos tiveram seus direitos político cassados, passando assim à condição de presos comuns, tendo sido integrados à população carcerária, perdendo qualquer direito que os distinguissem dos muitos assassinos, estupradores e ladrões que ali cumpriam pena. (BETTO, 2008, p.161)

Por não ser um fato usual na história do Brasil, a passagem de um “preso político” para a condição de “preso comum” é interpretada, pelo autor, como algo que distingue os religiosos dos outros perseguidos:

De um lado, recebo com profundo espírito de fé esta oportunidade de solidarizar-me na carne aos “condenados da Terra”. De outro,

sei da responsabilidade histórica que pesa sobre os nossos ombros; a conquista do direito de prisão especial ao preso político é fruto de muita luta e incontáveis sacrifícios. O futuro indagará quem foram os primeiros obrigados, no Brasil, a anular essa conquista consagrada hoje pelo direito internacional. (BETTO, 2008, p.159)

Passar à condição de preso comum significava a perda de qualquer garantia, inclusive de segurança. Facilmente, a repressão poderia incumbir um preso qualquer de eliminar um deles. Para o frade, o julgo de uma arbitrariedade adicional era um sofrimento a mais que não poderia ser desconsiderado pela opinião pública, para que assim, na memória sobre o período o martírio dos dominicanos lhes rendesse ao menos, o benefício da dúvida, diante das acusações de fraqueza e traição.

Assim, o que se pretende é que o trabalho junto à obra de frei Betto contribua para a compreensão do processo de solidificação da chamada “memória dos vencidos” e que, mais do que isso, demonstre as disputas políticas que permearam esse itinerário, não apenas entre militares e militantes, mas, também, entre aqueles que integravam um mesmo polo identificado como “esquerda”.

Conclusão

A análise do processo de construção da memória da ditadura civil-militar brasileira utilizando como fontes documentos produzidos contemporaneamente ao regime, os quais buscam, na atualidade rememorar e significar fatos ocorridos nas prisões e, portanto, em espaços restritos e encobertos pelo próprio regime, visa demonstrar o quanto esse material pode oferecer subsídios para a compreensão das disputas que envolvem a memória sobre o período.

O trabalho com essas fontes permite observar que a relação que o

indivíduo que narra o passado estabelece com o tempo não se restringe a uma visão retrospectiva. Esse tipo de fonte evidencia, portanto, que as tensões e disputas do presente podem ensejar e produzir as bases de sustentação de um projeto memorialístico que pode e provavelmente será executado na posteridade.

No caso específico de frei Betto, as suas cartas da prisão baseando-se nas opiniões que paulatinamente ganhavam força e eram expressas nos grupos sociais dos quais o dominicano fazia parte, como a Igreja Católica e a Esquerda brasileira (apesar da sua multiplicidade de organizações), antecipam e projetam uma disputa em torno da memória da resistência à ditadura civil-militar brasileira.

A análise dessas missivas, compiladas em *Cartas da Prisão: 1969-1973*, demonstra uma constante preocupação por parte do autor, ainda que não se possa determinar que ela seja manifestada de maneira consciente, de que, caso não houvesse qualquer tipo de pronunciamento por parte do grupo dos dominicanos ligados a ALN, os dominicanos presos figurariam na memória da Igreja como comunistas que se infiltraram nos grupos de jovens para conquistar corações e mentes; pela sociedade brasileira seriam lembrados apenas como terroristas punidos com justiça por seus atentados à ordem

estabelecida, e entre os militantes de esquerda ficariam estigmatizados como a ala mais fraca da luta armada que, desprovida da resiliência necessária para assumir o compromisso com a revolução brasileira, os traiu ao não resistir às sevícias a que foi submetida; o que fatalmente teria resultado no rastreamento e assassinato do mais admirado líder da guerrilha urbana no Brasil, Carlos Marighella. Assim, reafirma-se a importância das cartas da prisão dos frades dominicanos como uma peça impreterível para se compreender o projeto memorialístico que frei Betto vem empreendendo desde sua libertação em outubro de 1973.

Referências

Fontes

BETTO, Frei. **Cartas da prisão 1969-1973**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

Bibliografia citada

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue** – A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiê Carlos Marighella & Frei Tito. 14ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

_____. **Batismo de Sangue**: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 2. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1987.

MAGALHÃES, Mario. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das letras, 2012.